



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO**

**GUTEMBERG ERNESTO DOS SANTOS JUNIOR
MARIANA RAMOS AUGUSTO DA SILVA**

**CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DO
TRABALHO: Um debate necessário para o Serviço Social**

**MACEIÓ/AL
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO**

**GUTEMBERG ERNESTO DOS SANTOS JUNIOR
MARIANA RAMOS AUGUSTO DA SILVA**

**CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DO
TRABALHO: Um debate necessário para o Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Alagoas como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^aDr.^a Clarissa Tenório Maranhão

**MACEIÓ
2023**

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Livia Silva dos Santos - CRB 1670

S327c Santos Júnior, Gutemberg Ernesto dos.
Capitalismo dependente e superexploração do trabalho : um debate necessário para o
Serviço Social / Gutemberg Ernesto dos Santos Júnior, Mariana Ramos Augusto da
Silva. – 2023.
48 f.

Orientadora: Clarissa Tenório Maranhão.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade
Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 47-48

1. Capitalismo dependente. 2. Economia política. 3. Força de trabalho. 4.
Superexploração. 5. Serviço Social - Trabalho - Capitalismo. I. Silva, Mariana Ramos
Augusto da. II. Título.

CDU: 330.14 : 364



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

Documento assinado digitalmente



GUTEMBERG ERNESTO DOS SANTOS JUNIOR

Data: 15/11/2023 07:50:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DISCENTE: GUTEMBERG ERNESTO DOS SANTOS JUNIOR

Documento assinado digitalmente



MARIANA RAMOS AUGUSTO DA SILVA

Data: 15/11/2023 08:12:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DISCENTE: MARIANA RAMOS AUGUSTO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 24/10/2023

Título: **CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: um debate necessário para o Serviço Social"**

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente



MILENA DA SILVA SANTOS

Data: 25/10/2023 11:27:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dr.^a Milena da Silva Santos (presidente da Banca)

Documento assinado digitalmente



ANTONIO ISRAEL CARLOS DA SILVA

Data: 25/10/2023 16:51:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Israel Carlos da Silva

Documento assinado digitalmente



ANA MARIA MOURA ARAUJO

Data: 10/11/2023 16:39:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Doutoranda em Serviço Social Ana Maria Moura Araujo

Gostaríamos de dedicar este trabalho aos nossos familiares; por terem nos dado todo o suporte possível em nossas vidas, especialmente no momento de nossa graduação.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Universidade Federal de Alagoas, em especial ao curso de Serviço Social e seus docentes qualificados e dedicados a uma formação crítica e de qualidade.

Agradecemos de forma muitíssimo especial a nossa orientadora Prof.^a Dr.^a Clarissa Tenório Maranhão que com sua firmeza e doçura, aceitou percorrer este caminho conosco, com muita dedicação, qualidade profissional e sobretudo, muita humanidade.

Eu (Mariana), gostaria de agradecer infinitamente aos meus pais, por terem me dado todo suporte humano possível para que eu fizesse minhas escolhas, principalmente acadêmicas e profissionais. Por todo amor, ensinamentos e sacrifícios.

Às minhas irmãs, Maíra e Maiani, pelo apoio desde o momento em que optei pela mudança de curso, para enfim cursar o que eu sempre quis, Serviço Social. Pelas orientações e cuidado, principalmente nesta reta final.

Ao meu companheiro Gabriel pelo apoio emocional e incentivo, principalmente nos momentos de desgaste, pelo abrigo e pelo amor que me foram fundamentais na reta final dessa jornada. À Gutemberg, minha dupla de TCC que com toda sua calma e otimismo me tranquilizou e me motivou. Sem ele não teria conseguido. E um último agradecimento, mas não menos importante, à Mikaele Aline, minha amiga pessoal, monitora e parceira de estágio que em sua infinita generosidade, nos auxiliou neste processo de correção e construção da pesquisa.

Eu (Gutemberg), agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado a concluir a graduação - algo que há um tempo atrás eu não imaginava. Agradeço também a minha família, especialmente a minha avó, que me deu as condições necessárias para que eu me concentrasse nos estudos sem perder muito o foco com outras adversidades. À minha companheira Iris, por todo incentivo e puxões de orelha.

Gostaria de agradecer a todos os professores que contribuíram para o meu aprendizado durante a graduação, mas em especial à professora Clarissa Maranhão, que esteve comigo desde o primeiro período até o final do curso, na monitoria, grupo de pesquisa, PIBIC e agora na orientação do TCC, dando bastante apoio e incentivo, que foram fundamentais para que eu seguisse minha caminhada acadêmica. Sou grato às professoras Jane Rocha e Margarida Silva, que também foram fundamentais na minha formação. Agradeço à minha supervisora de estágio, Lívia Cavalcante, por todo companheirismo e ensinamentos no exercício da função.

Também gostaria de agradecer a todos os colegas de turma, que foram essenciais na minha trajetória, pelos bons momentos de risadas e pela imensa ajuda que me deram nos

aspectos em que eu tinha dificuldade, serei eternamente grato. E claro, agradecer à Mariana, sem ela eu não teria condições de finalizar essa etapa acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa teórica acerca da categoria central da economia política da dependência, a superexploração da força de trabalho. Tem por objetivo refletir sobre as modalidades da superexploração da força de trabalho e evidenciar a importância da apreensão desta categoria para os cursos de formação em Serviço Social. A metodologia da pesquisa compreende a revisão bibliográfica, tendo como referências os autores clássicos e os intérpretes da Teoria Marxista da Dependência. A partir do estudo das relações que se estabelecem entre os países de economia central e países de economia periférica, mais precisamente da particularidade da acumulação capitalista nos países de economia dependente, depreende-se que os processos de exploração da classe trabalhadora nestes países, se expressam como a violação da força de trabalho para além dos limites normais. Assim, defendemos a necessidade do debate sobre esta temática na formação profissional do Assistente Social, uma vez que a compreensão e a consequente intervenção profissional nas manifestações imediatas da questão social presentes neste contexto de capitalismo dependente, requerem uma análise das particularidades da superexploração na formação social brasileira.

Palavras chave: Capitalismo Dependente. Acumulação. Superexploração. Serviço Social.

ABSTRACT

The present work deals with a theoretical research about the central category of the political economy of dependency, the overexploitation of the workforce. Its objective is to reflect on the modalities of overexploitation of the workforce and to highlight the importance of apprehending this category for training courses in Social Work. The research methodology includes a bibliographical review, using classic authors and interpreters of the Marxist Theory of Dependency as references. From the study of the relationships that are established between countries with a central economy and countries with a peripheral economy, more precisely the particularity of capitalist accumulation in countries with a dependent economy, it appears that the processes of exploitation of the working class in these countries are expressed such as the violation of the workforce beyond normal limits. Thus, we defend the need for a debate on this theme in the professional training of Social Workers, since the understanding and consequent professional intervention in the immediate manifestations of the social issue present in this context of dependent capitalism, require an analysis of the particularities of overexploitation in the Brazilian social formation.

Keywords: Dependent Capitalism. Accumulation. Superexploitation. Social Work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: Surgimento e desenvolvimento	8
2.1 A chamada era pré-capitalista e seus determinantes socioeconômicos	10
2.2 Capitalismo industrial: o estabelecimento do modo de produção capitalista	14
2.3 Alcança-se o mundo! capitalismo monopolista e a expansão da lógica do capital	22
2.3.1 O modelo fordista-taylorista da produção.....	24
2.3.2 A reestruturação produtiva do capital e o toyotismo	26
3 CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: a peculiar dinâmica de acumulação de capital dos países dependentes ...	31
3.1 América Latina e acumulação mundial de capital: uma relação de dependência	32
3.2 A dinâmica interna de acumulação de capital em países dependentes.....	35
3.3 A superexploração da força de trabalho e suas manifestações: impactos para a classe trabalhadora	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade principal caracterizar a peculiaridade da acumulação que ocorre nos países de economia dependente, buscando assim apreender a categoria central da economia política da dependência que é a superexploração da força de trabalho.

Para isso, fizemos um breve resgate dos determinantes sócio-históricos que condicionaram o surgimento e a consolidação modo de produção capitalista, até chegarmos no estágio do capitalismo monopolista e suas características principais, como a divisão internacional do trabalho. Assim, procuramos apreender as peculiaridades que existem na dinâmica interna de acumulação dos países compreendidos como periféricos.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório feita através de consulta e revisão de artigos, sites e livros ancorados em autores da Teoria Marxista da Dependência como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Mathias Luce, dentre outros, utilizamos também os estudos de José Paulo Netto e Roberta Traspadini, utilizando principalmente da teoria materialista- histórico-dialética fundamentada nas obras de Karl Marx.

No nosso primeiro capítulo, abordaremos o surgimento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com o intuito de analisarmos as bases sobre as quais este se assenta, e para além disso, entendermos como o seu modo de funcionamento implica na realidade dos países dependentes.

No segundo capítulo, passaremos a analisar a peculiaridade do capitalismo dependente, procurando apreender suas demandas e suas especificidades no que diz respeito à dinâmica interna de acumulação de capital. Sendo assim, também buscaremos compreender como se manifesta a superexploração da força de trabalho, considerando alguns elementos, entre os quais destacam-se: a precarização do trabalho e as expressões da questão social na realidade brasileira contemporânea, cujas sequelas constituem-se em objetos de intervenção para o serviço social.

Diante do exposto, entendemos que nos países dependentes, o conjunto das expressões da questão social se evidenciam nas diversas formas do trabalho precário e estabelecem a sua conexão com as modalidades da superexploração da força de trabalho. Assim, defendemos a importância do debate da Teoria Marxista da Dependência no Serviço Social, haja vista os impactos negativos e particulares da precarização do trabalho, especialmente para a classe

trabalhadora, de modo a contribuir para que o assistente social tenha uma visão mais ampla e crítica dos fenômenos e uma intervenção profissional alinhada com o atual projeto ético-político.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: Surgimento e desenvolvimento

É fato que para analisarmos um determinado objeto de estudo, temos que inicialmente, procurar compreender como aquele objeto se originou, como porventura ele se transformou, e se tornou o que conhecemos hoje. Acreditamos que para estudarmos questões que se relacionam com a realidade social, essa necessidade se torna ainda mais fundamental. Sendo assim, se queremos apreender o funcionamento do capitalismo dependente e a categoria da superexploração do trabalho, temos que compreender a base material sob a qual surgiu a sociedade capitalista em que vivemos. Em outras palavras, queremos dizer que na formação profissional do Assistente Social faz-se necessário compreender a gênese e as diferentes fases de desenvolvimento capitalista e o processo mundial de acumulação de capital, para captar os consequentes desdobramentos dessas transformações para a classe trabalhadora.

No 24º capítulo de sua principal obra intitulada de “O Capital”, Karl Marx (1985, p. 515) assevera que “a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho”. Portanto, para podermos compreender o capitalismo e seu modo de funcionamento que irá implicar consequências negativas para a classe trabalhadora, precisamos nos remontar ao passado, com o intuito de evidenciar as modificações socioeconômicas que aconteceram e serviram como berço para o surgimento do capitalismo.

Com o intuito de evitar que nossas futuras colocações tenham a impressão de ficarem “soltas ao ar”, e para termos didáticos – pensando também na possibilidade que nosso trabalho sirva de alguma maneira para auxiliar novos estudantes que porventura se interessem em estudar a temática – falaremos de forma geral sobre o feudalismo, antes de entrarmos na discussão que mais nos interessa no momento, a saber, o período da acumulação primitiva de capital.

Segundo Huberman (2010), o feudalismo consistia em três diferentes classes: Sacerdotes, Guerreiros e Camponeses. Nesse período, a terra era dividida em feudos – que eram extensas faixas de terra – e cada feudo possuía um senhor. Os camponeses viviam nas terras cedidas pelo senhor feudal, e tinham acesso a tudo aquilo que precisavam para sobreviver: a terra e as ferramentas para trabalho. Entretanto, para além de produzir para si, os servos tinham a obrigação de produzir também para o senhor feudal, de maneira que:

a propriedade do senhor tinha que ser arada primeiro, semeada primeiro e ceifada primeiro. Uma tempestade ameaçava fazer perder a colheita? Então, era a plantação do senhor a primeira que deveria ser salva. Chegava o tempo da colheita, quando a

ceifa tinha que ser rapidamente concluída? Então, o camponês deveria deixar seus campos e segar o campo do senhor. Havia qualquer produto posto de lado para ser vendido no pequeno mercado local? Então, deveriam ser o grão e vinho do senhor os que o camponês conduzia ao mercado e vendia – primeiro. Uma estrada ou uma ponte necessitavam reparos? Então, o camponês deveria deixar seu trabalho e atender à nova tarefa. O camponês desejava que seu trigo fosse moído ou suas uvas esmagadas na prensa de lagar? Poderia fazê-lo, mas tratava-se do moinho ou prensa do senhor e exigia-se pagamento para sua utilização (Huberman, 2010, p. 9-10).

Como os camponeses produziam tudo que necessitavam para sobreviver, no feudalismo o que existia era um pequeno comércio local, de modo que o dinheiro não era usado diariamente, geralmente, os camponeses tinham que levar os bens produzidos com o intuito de trocá-los por itens que porventura estivessem precisando. Em geral, se um camponês possuísse grãos e necessitasse de roupas, ele deveria encontrar um outro camponês que possuísse roupas para troca e que tivesse necessitando de grãos, assim, ambos teriam suas demandas solucionadas através da troca direta entre eles.

Entretanto, a partir do século XI com as chamadas Cruzadas, o feudalismo viu a intensificação das relações comerciais – e o maior uso do dinheiro – e o aparecimento de uma figura que contribuirá diretamente para o seu declínio, o comerciante – haja vista que as Cruzadas promoveram a peregrinação de milhares de pessoas, e conseqüentemente, a necessidade da provisão de demandas durante o percurso para a “Terra Prometida”. Além disso, as pessoas que regressavam, traziam consigo especiarias e outros artigos que haviam experimentado e usado durante a viagem, fazendo com que se criasse um mercado para esses itens. Com a expansão do comércio, os artesãos aos poucos vão se organizando em corporações, e os comerciantes vão se unindo em ligas.

Com o intuito de corroborar com o que vem sendo discutido no nosso trabalho até aqui, trazemos as colaborações de Netto e Braz (2006), quando asseveram que:

o estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo, que dará às atividades comerciais um destaque cujas conseqüências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo a via à crise do feudalismo e suas instituições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do Antigo Regime (Netto; Braz, 2006, p. 70).

Para além disso, os autores ainda contribuem ao afirmarem que o desenvolvimento do comércio não romperá apenas com o caráter autárquico da economia feudal, mas terá implicações ainda mais profundas: por um lado, estimulará o consumo da nobreza por mercadorias que só podem ser obtidas através do dinheiro, o que irá conferir a este, uma função

importante na sociedade; de outro lado, promoverá o aparecimento das cidades – haja vista as relações comerciais entre regiões afastadas.

Os autores ainda destacam que é dentro dessas relações comerciais que um grupo social ganhará importância crescente: o dos comerciantes. Dos grandes comerciantes, grupo social que nasce nas entranhas da ordem feudal, surgirão os elementos que, a partir do século XVI, conformarão a classe que derrotará a feudalidade – eles constituirão a burguesia” (Netto; Braz, 2006, p. 70).

Fizemos questão de trazer esses pontos, porque enxergamos grande importância no sentido de nos ajudar a compreender melhor os futuros desdobramentos históricos e socioeconômicos que serão expostos, e porque nos aproximam do período em que mais temos interesse em discutir nesse momento – e que já foi falado anteriormente – que é o momento da acumulação primitiva do capital.

2.1 A chamada era pré-capitalista e seus determinantes socioeconômicos

Os desdobramentos históricos que aconteceram paulatinamente durante o modo de produção feudal, provocaram transformações socioeconômicas que promoveram o declínio de sua vigência. A partir do século XIV, o feudalismo entra em crise por uma série de fatores. Como já foi dito, o desenvolvimento do comércio fomentou uma alteração na dinâmica econômica feudal, deixando de ser baseada de modo geral, na troca direta de produtos, e vindo no dinheiro, uma crescente importância para a realização de suas relações comerciais cada vez mais presentes, expressando uma “consolidação crescente de uma economia de base mercantil” (Netto; Braz, 2006, p. 70).

Aliado a isso, soma-se também o esgotamento das terras já cultivadas e a falta de técnicas para recuperá-las. Novas terras que poderiam servir para cultivo, não apresentaram bons resultados, e a contínua expansão dos cultivos aconteceu em detrimento da diminuição das áreas destinadas à pecuária. Houve ainda o aparecimento da Peste Negra que acabou provocando a morte de uma grande parte da população europeia da época.

É nesse cenário de crise do feudalismo, que transformações socioeconômicas ocorrerão e produzirão a base necessária para o surgimento e o funcionamento do modo de produção capitalista: a separação entre trabalhadores e a propriedade dos meios de produção. É fato que existem diferentes denominações dadas a este período de crise do feudalismo, alguns autores o chamam de “era do capitalismo comercial”, outros de “era mercantilista”, mas nós, concordando com Falcon e Moura (1986), chamaremos tal período de Era Pré-Capitalista. A

partir de agora, nos debruçamos a discutir esses tais determinantes socioeconômicos que tanto possuem importância para a constituição do capitalismo.

Durante a era pré-capitalista, verifica-se uma acumulação primitiva de capital. Primitiva porque, como o próprio Marx nos diz:

A acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“previous accumulation”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção de capitalista, mas seu ponto de partida (Marx, 1985, p. 514).

Essa acumulação primitiva de capital acontece em diferentes setores e de diferentes formas, e, portanto, cada tipo de acumulação primitiva de capital merece nossa atenção e explicação. Segundo Marx (1985), a relação capitalista requer obrigatoriamente a separação dos trabalhadores de suas condições de trabalho. Num movimento em que, consolidado este modelo de produção, esta separação ainda segue não apenas necessária como fundamental.

A partir do final do século XV, a acumulação primitiva de capital na agricultura se deu principalmente “através das transformações agrárias conhecidas como cercamentos ou enclosures” (Falcon; Moura, 1986, p. 17). O cercamento dos campos acabou eliminando as relações senhoriais e feudais, promovendo uma reorganização das parcelas de terra.

Nos séculos XVI e XVII, a terra que era usada para o cultivo de cereais, passou a ser usada para a criação de ovelhas, haja vista a maior rentabilidade dessa atividade, em função do preço da lã no comércio internacional.

Outro marco importante nesse processo de expropriação de terras se deu através do roubo em massa dos bens da igreja católica no século XVI. “Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus moradores no proletariado” (Marx, 1985, p. 518).

Já no setor industrial, a acumulação primitiva de capital se deu através das oficinas artesanais que investiram e reinvestiram recursos nas suas atividades produtivas. Nesse período, a manufatura assume uma grande importância porque é por meio dela que irá se diferenciar os primeiros capitalistas em relação aos artesãos, dado os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas inseridas no processo de produção que dispunham.

Já no setor mercantil, a acumulação primitiva de capital é proveniente principalmente da pirataria e do comércio. O saque das colônias então descobertas, representam a forma mais imediata dessa acumulação, basta nos recordarmos dos saques de riquezas nas Américas. A

partir do momento em que as alternativas oferecidas pelo saque se esgotam, se torna necessário fomentar o comércio, o que é feito principalmente através da busca por especiarias com o Oriente e com a procura de escravos com a África.

Como as Américas possuíam terras e minas que demandavam a junção de fatores produtivos para que fosse possível obter mercadorias exportáveis, Falcon e Moura (1986), apontam que: “configuram-se as três outras formas assumidas pela acumulação primitiva no setor mercantil: a exploração das minas, a exploração agrícola através das plantações tropicais e, como condição de ambas, a exploração da mão-de-obra indígena ou importada” (Falcon; Moura, 1986, p. 19).

Tendo explicitado as diferentes formas nos diferentes setores em que a acumulação primitiva de capital se instaurou, passamos agora para a análise de um segundo determinante socioeconômico importantíssimo para o surgimento do capitalismo: a liberação de mão-de-obra. Conforme Falcon e Moura (1986), esse processo histórico de formação do proletariado, ou de liberação de mão-de-obra para as relações capitalistas, pode ser visto em função dos diversos setores das atividades produtivas: agricultura e indústria (Falcon; Moura, 1986, p. 21).

Na agricultura, os cercamentos promoveram a expulsão dos trabalhadores da terra e promoveu a separação dos trabalhadores com os meios de produção. Dessa maneira, os trabalhadores se viram em uma situação em que não possuíam as condições necessárias para que pudessem sobreviver, fazendo-os se deslocarem, em sua grande parte, para as cidades em busca de emprego.

Já no setor industrial, a liberação de mão-de-obra se deu numa velocidade mais lenta, haja vista que as corporações artesanais resistiram à indústria doméstica rural, mas que ao passar do tempo, não foram capazes de concorrer com os preços mais baixos das manufaturas privilegiadas, e pela incapacidade de acompanhar a expansão do mercado consumidor. Para além disso

verifica-se, ainda, no interior mesmo das corporações, um processo de diferenciação que irá dar origem à burguesia industrial, pois, enquanto alguns patrões enriquecidos se transformam em empresários, a maioria dos mestres e companheiros são reduzidos à situação de dependência em que aparecem como semi-assalariados (Falcon; Moura, 1986, p. 23).

Ou seja, a desintegração das corporações artesanais promovida pelos conflitos internos entre mestres e aprendizes, também contribuiu para esse processo de liberação de mão-de-obra no setor industrial.

Uma vez “livre” esta população expulsa de suas terras não pôde ser imediatamente absorvida pela manufatura, convertendo-se numa grande massa inativa que por não encontrarem alternativas de sobrevivência vieram a tornar-se vagabundos, mendigos e assaltantes. O que ocasionou o surgimento de leis sanguinárias contra a vagabundagem. A exemplo, Henrique VIII em 1530, aponta que:

[...] mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contrapartida, açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal ou ao lugar onde tenham residido durante os últimos três anos e de “se porem a trabalhar” (to put himself to labour) (Marx, 1985, p. 524).

Dessa forma, esta população expropriada e sem direito aos seus meios de produção via-se agora, obrigada a adequar-se às condições postas por esse emergente modelo produtivo. Com a acumulação primitiva de capital e a liberação de mão-de-obra, cria-se um cenário perfeito para o progresso das técnicas aplicadas ao processo de produção.

O renascimento científico marca o primeiro momento desse impulso cuja importância se torna decisiva nos séculos XVII e XVIII, quando então a curiosidade científica, a nova mentalidade voltada para a observação e a experimentação abrem caminho às conquistas científicas desse período e, concomitantemente, às possibilidades de aplicação e utilização dos princípios e teorias assim elaborados ao próprio processo produtivo (Falcon; Moura, 1986, p. 23).

Portanto, com o surgimento das demandas criadas pelo desenvolvimento produtivo e do comércio, algumas transformações são observadas nos séculos XVII e XVIII, em diversos planos, como por exemplo:

No plano da produção propriamente dita, verifica-se a tendência à crescente divisão e especialização do trabalho, vinculadas à necessidade de maior produtividade. Com isso, abrem-se novas possibilidades à utilização de inventos mecânicos capazes de multiplicar o trabalho humano, utilizando a energia hidráulica e mais tarde o vapor (Falcon; Moura, 1986, p. 24).

Com os progressos técnicos torna-se possível multiplicar o trabalho humano, o que ao mesmo tempo, intensifica o processo de separação do trabalhador e os meios de produção, ao passo que evidencia a distinção entre o capitalista e o trabalhador assalariado.

O advento da máquina, como coroamento dos progressos técnicos e científicos da era pré-capitalista, constitui, ao mesmo tempo, o marco inicial de uma nova era assinalada de maneira cada vez mais acentuada pelo avanço científico e tecnológico e suas aplicações, sempre crescentes, aos processos produtivos (Falcon; Moura, 1986, p. 24).

Logo, podemos dizer que com a acumulação primitiva de capital e a consequente liberação de mão-de-obra que se sucedeu, aliado aos progressos científicos – sem nos esquecermos da importantíssima Revolução Burguesa¹ – o mundo entra num novo momento de sua história, entra no Modo de Produção Capitalista.

2.2 Capitalismo industrial: o estabelecimento do modo de produção capitalista

A partir do final do século XVII e meados do século XVIII, a produção industrial fundada no uso das máquinas advindas do progresso científico das técnicas aplicadas ao processo produtivo, estabeleceu-se em relação à antiga produção artesanal do período feudal, promovendo a chamada Revolução Industrial, que marca o estabelecimento do capitalismo como modo de produção vigente.

Portanto, o capital enfrenta uma luta para adequar a base técnico-material ao seu propósito de expansão e acumulação. Assim, três formas de produção de mercadorias traduzem essa trajetória: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria (Tavares, 2009, p. 9).

No início do capitalismo, o capital acumulado era pequeno – embora suas implicações tenham colocado o fim no feudalismo – em relação ao caráter de expansão que se propunha. Portanto, inicialmente, a produção capitalista pouco se diferenciava da produção artesanal de outrora, “a não ser pelo número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital” (Marx, 1985, p. 275).

Ou seja, na produção de mercadorias baseada na cooperação², existia uma quantidade maior de trabalhadores que em conjunto e de forma planejada, conseguiam produzir um número maior de produtos para o capitalista que os empregou, mesmo de forma ainda artesanal.

Para além disso,

por um lado, a cooperação possibilita estender o âmbito espacial do trabalho, razão pela qual é exigida em certos processos devido à própria configuração espacial do objeto de trabalho, como na drenagem da terra, no represamento, na irrigação, na construção de canais, estradas, ferrovias, etc. Por outro lado, ela torna possível em proporção à escala da produção, o estreitamento espacial da área de produção. Essa limitação do âmbito espacial do trabalho e a simultânea ampliação de sua esfera de atuação, que poupa uma grande quantidade de falsos custos [faux frais], é resultado

¹ Indicamos a leitura do item 2.5 do livro “Economia Política: Uma Introdução Crítica”, de Netto e Braz.

² Fazer a leitura do capítulo 11 do livro I de “O Capital” de Marx.

da conglomeração dos trabalhadores, da reunião de diversos processos de trabalho e da concentração dos meios de produção (Marx, 1985, p. 279).

Entretanto, não se trata apenas de um aumento da força produtiva individual. Ao comprar forças de trabalho em caráter individual e as introduzirem no processo de produção, o capitalista consegue adquirir uma força de trabalho média, que possibilitará uma maior produção de mercadorias, haja vista que com o trabalho conjunto dos trabalhadores, desaparece os desvios individuais, “que matematicamente se chamam erros” (Marx, 1985, p. 275).

A manufatura³ marca um outro momento do desenvolvimento produtivo do capitalismo. Nela, surge uma divisão do trabalho que é proveniente da decomposição do processo artesanal de produção, em diferentes etapas de trabalho parcial que são feitas pelos diferentes trabalhadores, ou seja, cada trabalhador fica responsável em desempenhar apenas uma função dentro do conjunto de etapas de trabalho que são necessários para produzir uma determinada mercadoria. Com esse método, o capitalista busca evitar a perda de tempo que se tinha quando um único trabalhador era responsável por todo processo de produção de um determinado produto.

Marx (1985) nos alerta que:

para obter o correto entendimento da divisão do trabalho na manufatura, é essencial apreender os seguintes pontos: primeiramente, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide plenamente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manuseio de seu instrumento. (Marx, 1985, p. 285).

Com a divisão do trabalho imposta no processo produtivo, o capitalista consegue acabar com a interrupção do fluxo de trabalho que existia quando um único trabalhador era responsável por todo processo de produção da mercadoria, no momento que este passava de uma atividade para outra. Segundo Marx (1985), “Tais poros se fecham assim que ele passa a executar continuamente uma única e mesma operação o dia inteiro, ou desaparecem à medida que diminuem as mudanças de sua operação” (Marx, 1985, p. 287).

Mas para que isso funcione, é necessário ferramentas que possibilitem ao trabalhador desempenhar suas funções sem que haja perda de tempo, e é por isso, que se verifica uma adaptação das ferramentas de trabalho às funções parciais de cada trabalhador. Com o necessário desenvolvimento contínuo das ferramentas de trabalho, criam-se oficinas que

³ Indicamos a leitura do capítulo 12 do livro I de “O Capital” de Marx.

visavam a produção dos próprios meios de trabalho, dentre eles, a máquina. Logo, o processo produtivo marcado pela manufatura cria “uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples” (Marx, 1985, p. 287).

Com a invenção das máquinas, o capitalismo alcança um novo momento no que tange sua produtividade. Deixa-se de lado o trabalho artesanal visto na cooperação simples e na manufatura, e passa-se para uma produção feita quase plenamente pela máquina, onde o trabalhador torna-se apenas um assistente.

A maquinaria⁴ consiste em três diferentes partes: a máquina motriz, que é a força motora de todo o mecanismo, ela gera sua própria força como a máquina a vapor, ou recebe o impulso de uma força natural, como o vento ou a água; o mecanismo de transmissão é composto pelos eixos, cabos, hastes, rodas dentadas, etc. É responsável pela regulação dos movimentos da máquina. Essas duas partes da máquina existem para transmitir o movimento à terceira parte da máquina, que é denominada de máquina-ferramenta. A máquina-ferramenta se “apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme a uma finalidade” (Marx, 1985, p. 304).

Com o nascimento da grande indústria, o capitalista passa a ter as condições necessárias para a produção de mercadorias em grande escala, o que, conseqüentemente, aumentará sua taxa de mais-valia - é importante entender sobre o processo de trabalho e o processo de valorização do capital, haja vista a importância de compreendermos como se divide o processo de trabalho, em termos de trabalho necessário e trabalho excedente. Primeiro, porque o advento da máquina dissipa o caráter artesanal que a produção da mercadoria tinha até então, fazendo com que se produza mais rapidamente dentro de uma mesma jornada de trabalho; segundo, porque desaparece a obrigatoriedade do aumento do número de trabalhadores empregados para o aumento da taxa de mais-valia – pelo contrário, diminui-se a necessidade do emprego da força de trabalho no processo produtivo. Nesse sentido, conforme explica Tavares (2009):

multiplica-se, então, a divisão do trabalho, e os trabalhadores passam a ser órgãos qualitativamente diferentes do trabalhador coletivo, submetidos a um processo de trabalho que, por razões objetivas, independe da sua vontade e da sua habilidade, porque, salvo algumas exceções, a máquina impõe, geralmente, o trabalho socializado (Tavares, 2009, p. 10).

Logo, podemos afirmar que a grande indústria promove a consolidação da separação do trabalhador e os meios de produção, fomentando a subsunção real do trabalho⁵.

⁴ Indicamos a leitura do capítulo 13 do livro I de “O Capital” de Marx.

⁵ É quando o processo de trabalho é controlado totalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Diante do que foi exposto em relação ao capitalismo industrial, podemos concluir que se configura como um período em que houve um crescimento econômico, haja vista que se tornou possível produzir em grande escala a partir dos avanços técnicos conseguidos, e que possibilitou logicamente, o aumento do capital acumulado por um lado, e de outro, conseguiu o domínio total do trabalho pela sua lógica – quero dizer, a lógica do capital – conquistas que serão fundamentais para o seu desenvolvimento.

Em relação ao capitalismo industrial, falamos até agora, apenas do ponto de vista da lógica do capital, quero dizer, falamos como o capitalismo consegue eliminar a resistente burguesia artesã, a partir dos avanços técnicos que possibilitaram a produção de mercadorias em grande escala e de forma muito mais rápida, gerando um crescimento econômico jamais visto na história da humanidade.

No entanto, passaremos agora a falar sobre o outro lado desse crescimento econômico, o que significa dizer, falaremos do ponto de vista da classe trabalhadora. Como é sabido, o capitalismo é fundamentado na exploração da força de trabalho e tem como objetivo a acumulação contínua de capital. Para que se consiga produzir mais-valia, é necessário explorar a força de trabalho através de um processo produtivo, em que ela é empregada pela pessoa que contém capital e o domínio dos meios de produção: o capitalista.

É importante salientarmos que somente a força de trabalho é capaz de produzir a mais-valia, pois é ela que coloca os meios de produção em movimento, e para além disso, “ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa” (Netto; Braz, 2006, p. 100).

Diante disso, ao invés dos avanços técnicos possibilitarem um menor grau de exploração da força de trabalho, o que se viu foi justamente o contrário, uma intensificação da exploração da força de trabalho em prol de uma maior produtividade. Nas palavras de Marx, é “daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital” (Marx, 1985, p. 324). Nesse sentido, a classe trabalhadora se depara com o prolongamento da jornada de trabalho.

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se converte, como portadora do capital nas indústrias de que imediatamente se apodera, no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de todo limite natural (Marx, 1985, p. 321).

Logo, quando se aumenta a jornada de trabalho, conserva-se o tempo de trabalho necessário e aumenta o tempo de trabalho excedente – mais uma vez se evidencia a importância de compreendermos como se determina o valor das mercadorias e como se divide o processo de trabalho – o que acaba gerando mais-valor, acaba gerando a produção de uma mais-valia absoluta.

Com o intuito de exemplificarmos o grau da imensa exploração da força de trabalho proveniente do prolongamento da jornada de trabalho, trazemos a colaboração de Marx, quando o autor relata que:

Um grande desastre ferroviário despachou centenas de passageiros para o outro mundo. A displicência dos trabalhadores ferroviários é a causa do desastre. Eles declaram unanimemente, perante os jurados, que há 10 ou 12 anos sua jornada de trabalho era de apenas 8 horas. Mas durante os últimos 5 ou 6 anos ela foi aumentada para 14,18,20 horas e muitas vezes, em épocas de fluxo muito intenso de viajantes, como nos períodos dos trens de excursões, chegava a 40 ou 50 horas ininterruptas (Marx, 1985, p. 233).

O mesmo autor relata um outro caso extremo de prolongamento da jornada de trabalho:

Nas últimas semanas de junho de 1863, todos os jornais londrinos trouxeram um parágrafo com a “sensational” manchete: “Death from simple Overwork” (morte por simples sobretrabalho). Tratava-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos de idade, empregada numa manufatura de modas deveras respeitável, fornecedora da Corte e explorada por uma senhora com o agradável nome de Elise. A velha história, muitas vezes contada, foi agora redescoberta e nos diz que essas moças cumprem uma jornada de, em média 16½ horas e, durante a season, chegam frequentemente a trabalhar 30 horas ininterruptas, quando sua evanescente “força de trabalho” costuma ser reanimada com a oferta eventual de xerez, vinho do Porto ou café (Marx, 1985, p. 234).

Entretanto, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em limites que vão de encontro aos interesses capitalistas, visto que:

O primeiro é de natureza fisiológica: uma força de trabalho submetida a médio prazo a jornadas prolongadas torna-se débil, logo se exaure e tem a sua reprodução ameaçada (é isso que explica, entre outras razões, o fato de o Estado burguês limitar legalmente a jornada, para preservar a reprodução da força de trabalho em benefício dos interesses gerais do capital). O segundo é de natureza política: a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas estendidas, protagonizadas pelo movimento operário – lutas que forçam o Estado a intervir na regulação das relações capital/trabalho (a limitação legal da jornada é o exemplo mais claro dessa intervenção) (Netto; Braz, 2006, p. 108).

Com a existência desses limites em relação ao prolongamento da jornada de trabalho, o capitalismo adota a intensificação do trabalho como forma de aumentar sua taxa de mais-valia, através do “desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria” (Marx, 1985, p. 325).

Ou seja, o trabalhador não sofre alteração na sua jornada de trabalho, entretanto, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, despende uma quantidade maior de sua força de trabalho, por conta especialmente do ritmo de trabalho que a máquina o obriga a ter – lembremos que na grande indústria, o trabalhador “passa a ser um apêndice da máquina” (Netto; Braz, 2006, p. 112).

Para além do prolongamento e da intensificação da jornada de trabalho, o capital passa a exigir a inserção de mulheres e crianças no processo produtivo. Assim como necessita de força muscular, a maquinaria passa a necessitar de trabalhadores com membros de maior flexibilidade, por conta disso, mulheres e crianças passaram a frequentar as fábricas,

assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade (Marx, 1985, p. 317).

Assim como os homens, mulheres e crianças também eram expostos há um grande grau de exploração de suas forças de trabalhos, e nesse sentido, Marx colabora mais uma vez conosco, na medida em que relata outro exemplo:

Wilhelm Wood, de 9 anos de idade, “tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar”. Desde o começo, ele “ran moulds” (carregava as mercadorias já moldadas para a sala de secagem e voltava trazendo os moldes vazios”. Chega ao trabalho todos os dias às 6 horas da manhã e o deixa por volta das 9 da noite (Marx, 1985, p. 228).

Se não bastasse as péssimas condições de trabalho que a classe trabalhadora possuía, as condições de vida também eram precárias. Engels (2010), em seu livro chamado de “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, descreve, como sugere o nome de seu livro, a situação vivida pelos trabalhadores.

Engels (2010) relata que:

Durante o período em que permaneci na Inglaterra, a causa direta da morte de vinte ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes [...] muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou à morte (Engels, 2010, p. 69).

Para além da fome, a classe trabalhadora também sofria com as condições precárias de saneamento e moradia, nesse sentido, Engels aponta que:

Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa (Engels, 2010, p. 70).

O autor ainda relata que:

Por ocasião de uma necropsopia, realizada em 14 de novembro de 1843 pelo senhor Carter, coroner do Surrey, no cadáver de Ann Galway, mulher de 45 anos, os jornais descreveram a casa da falecida nos seguintes termos: morava no nº 3 de White Lion Court, Bermondsey Street, Londres, com o marido e o filho de dezenove anos, em um pequeno quarto onde não havia cama ou qualquer outro móvel. Jazia morta ao lado do filho, sobre um monte de penas, espalhadas sobre o corpo quase nu, porque não cabia lençóis ou cobertores. As penas estavam de tal modo aderidas à sua pele que o médico só pôde observar o cadáver depois que o lavaram – e encontrou-o descarnado e todo marcado por picadas de insetos. Parte do piso do quarto estava escavado e esse buraco servia de latrina à família (Engels, 2010, p. 73).

Fizemos questão de trazer tais citações, porque entendemos que elas deixam claro, a tamanha precariedade que a classe trabalhadora possuía em suas condições de trabalho e de vida, e porque nos faz entender que na medida em que o capitalismo se propõe a acumular e concentrar a riqueza nas mãos de poucos, o único resultado possível para a grande parte da população, não é outro senão a pobreza.

Com o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo impõe mais um impacto para a classe trabalhadora: o aumento do desemprego, ou, nas palavras de Marx, a criação do Exército Industrial de Reserva⁶.

O que acontece de fato, é que na medida em que a acumulação capitalista avança, a proporção do capital constante cresce em detrimento do capital variável. Isso significa dizer, que conforme as forças produtivas vão se desenvolvendo, a necessidade do emprego da força de trabalho vai diminuindo – mas não ao ponto de extingui-la, basta lembrarmos que somente a força de trabalho é capaz de gerar mais-valor – o que acaba gerando a criação de uma população excedente no que tange ao trabalho.

Nesse sentido, Marx assevera que:

⁶ Termo desenvolvido por Marx (1985) para denominar a parcela de trabalhadores desempregados, e que é inerente ao modo de produção capitalista, em outras palavras, fruto da Lei Geral de Acumulação Capitalista.

Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre as partes constante e variável do capital; se originalmente era de 1:1, agora ela passa a 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc., de modo que, à medida que cresce o capital, em vez de $\frac{1}{2}$ de seu valor total, convertem-se em força de trabalho, progressivamente, apenas $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{5}$, $\frac{1}{6}$, $\frac{1}{8}$ etc., ao passo que se convertem em meios de produção $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$, $\frac{5}{6}$, $\frac{7}{8}$ etc. (Marx, 1985, p. 461).

Muito além de se constituir como um simples efeito do desenvolvimento capitalista, o Exército Industrial de Reserva se constitui “até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista” (Marx, 1985, p. 462). Isso se deve pelo fato de que essa superpopulação fornece material humano disponível para a valorização do capital, na medida em que o capitalista achar necessário seu emprego.

Portanto, podemos concluir que:

O curso vital característico da indústria moderna, a forma de um ciclo decenal interrompido por oscilações menores de períodos de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa sobre a formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação (Marx, 1985, p. 463).

A existência do exército industrial de reserva, além de se constituir como elemento essencial para a existência do capitalismo, torna-se um instrumento de dominação por parte da classe capitalista à classe trabalhadora, e instaura uma espécie de concorrência dentro da própria classe trabalhadora, que provocará inúmeras consequências negativas para esta.

Ora, se o desenvolvimento das forças produtivas gera um menor uso de força de trabalho no processo produtivo, é óbvio dizer, que a oferta de emprego se eleva muito superiormente em relação à demanda de trabalhadores. Sendo assim, a parcela de trabalhadores que se encontra desempregada acaba se submetendo a baixos salários e péssimas condições de trabalho. Ao mesmo tempo, essa parcela de desempregados acaba promovendo uma pressão sobre os trabalhadores empregados, na medida que com o intuito de manter seus empregos, se veem obrigados a se submeterem às condições de trabalho impostas pelo capital – condições estas cada vez mais precárias, tendo em vista a fome do capitalista em diminuir o máximo possível os custos da produção. No decorrer do tempo, essa concorrência entre os trabalhadores, faz com que se intensifique o grau de exploração dos trabalhadores e o nível de pobreza, na medida em que

Uns têm necessidades maiores que outros; o inglês, que conserva um certo grau de civilidade, tem maiores exigências que o irlandês, que anda esfarrapado, come batatas e dorme numa pocilga. Mas isso não impede que o irlandês concorra com o inglês e

reduza gradativamente o salário deste – e, assim, seu grau de civilidade – ao seu próprio nível (Engels, 2010, p. 118-119).

Agora, podemos compreender como o exército industrial de reserva acaba se tornando uma ferramenta de dominação pelas mãos dos capitalistas: com a concorrência, os capitalistas se veem com as condições necessárias para a diminuição dos custos com a força de trabalho, sem que se perca produtividade, pelo contrário, acaba intensificando a exploração do trabalhador e conseqüentemente, obtendo uma maior taxa de mais-valor.

Nesse sentido, Marx assevera que de “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial” (Marx, 1985, p. 466).

Para exemplificarmos o tamanho desse exército industrial de reserva, traremos a citação de Engels, que em sua vivência relata que

Na Inglaterra e no País de Gales, de acordo com os relatórios de inspetores para a lei sobre os pobres, os “supérfluos” são em média 1,5 milhão [...] De resto, nesse 1,5 milhão só estão compreendidos aqueles que oficialmente recebem ajuda da assistência pública; exclui-se o enorme contingente daqueles que sobrevivem sem esse recurso derradeiro, aliás muito temido pelos pobres [...] (Engels, 2010, p.128).

Para concluirmos em relação às conseqüências negativas impostas à classe trabalhadora, pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital, afirmamos que “a superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital” (Marx, 1985, p. 467).

Portanto, podemos compreender que as condições precárias de trabalho e de vida da classe trabalhadora, é algo inerente ao modo de funcionamento do capitalismo, em outros termos, é fruto da lei geral de acumulação capitalista⁷.

Tendo explanado sobre os processos que se sucedem na fase do capitalismo industrial, tanto do ponto de vista do capital, que presenciou um crescimento econômico baseado na produção em grande escala, possibilitado pelo desenvolvimento das suas forças produtivas e conseqüentemente, o surgimento da grande indústria, quanto do ponto de vista da classe trabalhadora, que viu o caráter artesanal de suas atividades laborais se extinguir por completo, e se tornando-os apêndices das máquinas, aumentando o grau da exploração sofrida, podemos agora avançar para a próxima fase do capitalismo, fase essa que continuará a produzir o fruto

⁷ Indicamos a leitura do capítulo 23 do livro I de “O Capital” de Marx.

da lei geral de acumulação capitalista – riqueza de um lado e pobreza do outro – agora de forma global. A fase do capitalismo monopolista!

2.3 Alcança-se o mundo! Capitalismo monopolista e a expansão da lógica do capital

Com o crescimento econômico conquistado com a grande indústria no período do capitalismo industrial, e tendo em vista, a fome ininterrupta em acumular capital, o capitalismo entra numa nova fase de expansão e amadurecimento. O capitalismo “no último quartel do século XIX, experimentou profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que a envolvia” (Netto, 1996, p. 15).

A partir de 1870, o capitalismo tendo o objetivo de aumentar sua acumulação de capital procura obter o controle da oferta de produtos e serviços através dos grandes monopólios. Logo, alguns processos são fomentados – e que serão importantíssimos para a continuação do nosso trabalho, tendo em vista os desdobramentos provocados por eles – como a “internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial de capital, as mudanças na estrutura do poder estatal”. (Tavares, 2009, p. 12). Nesse sentido, podemos dizer que com sua fase monopólica, o capitalismo consegue se expandir para os lugares mais remotos do globo terrestre.

Netto (1996), em seu livro intitulado de “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, assevera que

Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que deve ser sumariado: a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (Mandel, 1969, 3:99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo) (Netto, 1996, p. 16-17).

Embora não possamos entrar profundamente na análise da questão – mais uma vez com receio de irmos para longe do que nosso trabalho propõe – acreditamos ser importante salientarmos que na fase monopólica do capital, o Estado tem um papel fundamental para o

funcionamento do capitalismo, e conseqüentemente, para a obtenção dos superlucros dos monopólios. No capitalismo monopolista, o capital necessita de um vetor extraeconômico que assegure seus objetivos econômicos, logo, o Estado possui uma multiplicidade de funções.

O elenco de suas funções econômicas diretas é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. As indiretas não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto – recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa (Netto, 1996, p. 21-22).

Portanto, podemos dizer que o Estado é capturado pela lógica do capital, e nas palavras de Netto (1996), passa a ser o “comitê executivo da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (Netto, 1996, p. 22).

2.3.1 O modelo fordista-taylorista da produção

Nesse período, a indústria automobilística além de ser considerada estratégica no que se refere à acumulação capitalista, terá fundamental importância porque “os métodos de produção ali inaugurados articulam um modelo de desenvolvimento que vai ser adotado pelo sistema produtivo de quase todo o mundo [...]” (Tavares, 2009, p. 12).

Tavares (2009), aponta que a revolução técnico-científica baseada no uso sistemático da ciência, aliada à gerência científica, implicaram o decisivo desenvolvimento no processo de produção. Portanto, é hora de nos debruçarmos sobre essas questões.

No que diz respeito à gerência científica, devemos analisar o sistema taylorista de organização do trabalho. O Taylorismo, criado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), consistia numa

especialização extrema de todas as funções e atividades. Uma especialização que perfaz um traçado de todas as ferramentas de trabalho utilizadas em cada atividade, de todos os movimentos executados por quem as maneja em cada instante, de todas as operações intelectuais necessárias a tal e, conseqüentemente, de todos os traços comportamentais exigidos nessa condição especial em que é colocado o trabalhador (Pinto, 2007, p. 25).

Além dessa questão, o taylorismo também era centrado no estudo do tempo. Todas as atividades divididas ao extremo e que possibilitaram uma especialização do trabalho – com o intuito de evitar o desperdício de tempo gerado pela alternância de atividades que o trabalhador tinha que desempenhar, e também, pelos macetes que os trabalhadores adquiriam, tendo em vista um mínimo controle dos seus tempos de trabalho, com o intuito de se manterem importantes no que tange a produção de mercadorias, haja vista o poder da máquina sobre o processo de trabalho – deveriam ser efetuadas dentro de um tempo necessário, determinado por meio de um estudo experimental prévio.

No início do século XX, Henry Ford (1862-1947), tinha o objetivo de produzir o maior número de automóveis que fosse possível, tornando-os objetos de consumo de massa.

A ideia básica era a seguinte: padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionando, por sua vez, a elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais (Pinto, 2007, p. 30).

Para alcançar tal objetivo, Ford ampliou inúmeras inovações tecnológicas e organizacionais do trabalho – onde as bases do taylorismo se encontravam em expansão no que diz respeito à gestão do trabalho – adotando um “mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final” (Pinto, 2007, p. 31).

Sendo assim, o modelo de produção fordista se caracterizava pela adoção de um mecanismo de transferência que poderia ser uma esteira ou uma trilha, que teria os objetos de trabalho colocados em sua superfície, e os carregaria de maneira regular ao longo de todas as fases de trabalho que se dividia a produção de determinada mercadoria, e, um conjunto de postos de trabalho colocados lado a lado, onde os objetivos de trabalho iam passar, trazidos pelo mecanismo automático.

Portanto,

Pode-se dizer, nesse sentido, que o sistema taylorista foi incorporado e desenvolvido pelos dispositivos organizacionais e tecnológicos fordistas, na medida em que, no

lugar dos homens responsáveis pelo deslocamento dos materiais e objetos de trabalho, máquinas automáticas passaram a se encarregar por tal, suprimindo o trabalho humano numa produção cuja cadência contínua impunha uma concentração dos movimentos dos trabalhadores somente dentro do raio de ação que efetivamente transformava as matérias-primas em produtos acabados (Pinto, 2007, p. 32).

Gounet (1999) aponta que um veículo levava 12:30 horas para ser produzido, o que passa para 05:50 horas e posteriormente com a realização de treinamentos, o tempo cai para 02:38 horas. Em 1914, Ford fabricava seus veículos em apenas 01:30! Em 1921, 53% dos automóveis vendidos no mundo eram fabricados por Ford. O capital de sua empresa, que era de 2 milhões de dólares em 1907, passou para 250 milhões em 1919. Diante disso, podemos compreender como as modificações de caráter fordista-taylorista no âmbito do processo produtivo foram enormemente benéficas e fundamentais para a acumulação de capital.

Assim, o fordismo significou um “novo sistema de reprodução da força de trabalho, permitindo, temporariamente, para os trabalhadores dos países centrais uma renda satisfatória, traduzida no consumo dos produtos em massa” (Tavares, 2009, p. 13).

2.3.2 A reestruturação produtiva do capital e o toyotismo

A partir da década de 1970, o modelo fordista de produção entra em declínio, fazendo com que o capitalismo entrasse numa crise estrutural. A produção em massa característica do fordismo, gera um problema de superprodução de mercadorias, já que quando a demanda é baixa, cria-se um estoque de mercadorias que não possuem condições para serem vendidas, criando assim, dificuldades para a sua realização, o que conseqüentemente, significa problemas para a obtenção do lucro. Mézáros (2011), explica a crise estrutural do capitalismo, evidenciando que ela não abrange apenas as finanças, conforme expõe:

A crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando (...) – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar a certa altura muito mais profunda; ela vai invadir não apenas o mundo das finanças globais (...), mas também todos os domínios da vida social, econômica e cultural (Mészáros, 2011, p. 17).

Essa crise culminou em várias modificações que os governos tiveram que fazer para haver um processo de reestruturação do capital. Conforme, Tavares (2009, p.14) “Coube aos governos de Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos) a implementação de uma política de apoio ao capital industrial e financeiro, consubstanciada no processo da re-estruturação produtiva do capital”. Nesse sentido, o sistema do capital apresenta dificuldades crescentes para

superação de barreiras impostas pelo próprio sistema, indicando uma fraqueza na acumulação de capital.

Para além dessa questão, Pinto (2007) coloca que o aumento no preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, em 1973 e em 1979, assim como valorizações e desvalorizações do dólar, fizeram com que as contas externas da maioria dos países ficassem desequilibradas, promovendo variações nas taxas de câmbio das economias nacionais. Com esse cenário, instaurou-se uma cautela em relação aos investimentos produtivos industriais, e viram no surgimento de atividades no segmento de serviços, como comércio e saúde, um fomento à crise no sistema industrial de produção. Dada essas condições, a indústria se viu obrigada a redirecionar suas estratégias, baseadas na flexibilidade da produção, altos índices de qualidade dos produtos, dentre outros aspectos.

É nesse período de lento crescimento econômico que surge o modelo de produção Toyotista. O Toyotismo tinha como fundamento uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa “enxuta” e “flexível”. A incorporação desse método na produção automobilística iniciou-se em 1947, na empresa Toyota, no Japão, e por volta de 1980, se difundiu para a grande maioria dos países capitalistas.

Gounet (1999), aponta que o Toyotismo pode ser resumido em seis pontos: Diferentemente do fordismo, onde existia uma produção em massa de mercadorias, no Toyotismo a produção de mercadorias passa a ser puxada pela demanda. São produzidos diferentes modelos com poucas unidades disponíveis. Sendo assim, na medida em que os modelos fossem sendo vendidos, a empresa produziria novas unidades para que o estoque fosse repostado.

Uma outra mudança em relação ao fordismo, é que devido à falta de espaço no Japão e a necessidade de ser rentável, a Toyota decompõe o trabalho em quatro fases: transporte; produção propriamente dita; estocagem e controle de qualidade. É importante salientarmos que apenas a produção propriamente dita agrega valor à mercadoria, as outras fases geram custos, e por isso a extrema importância de limitar o tempo entre essas diferentes operações.

O terceiro ponto diz respeito à flexibilização do trabalho. Enquanto no fordismo havia uma relação de um trabalhador/uma máquina, no Toyotismo o trabalhador torna-se polivalente, trabalha em média, em cinco máquinas diferentes – o que para os mais atentos em relação ao modelo de produção anterior, evidencia uma maior exploração do trabalhador.

A criação do Kanban para organizar concretamente a produção, é uma outra mudança em relação ao fordismo. Trata-se de uma placa que serve para evidenciar os produtos que foram

usados na produção de uma determinada mercadoria, e que precisa ser reposta no estoque. Com esse mecanismo, diminui-se o tempo perdido com ordens administrativas.

Com um modelo de produção de mercadorias baseado na demanda, torna-se fundamental obter um aparato técnico que seja capaz de adaptar as máquinas no menor tempo possível, para a fabricação de mercadorias diferentes. Reside aí, uma quinta diferença em relação ao fordismo.

Um último ponto de diferença entre o modelo fordista de produção e o Toyotismo – e que na nossa visão, talvez seja a mais importante – é que diferentemente do controle vertical da produção que é encontrada no fordismo, o modelo toyotista desenvolve relações de subcontratação com fornecedores de autopeças. A Toyota determina aos fornecedores seu sistema de produção aqui já exposto, e aproveitando-se das condições mais precárias de trabalho encontradas nas subcontratadas, acabam obtendo uma vantagem na concorrência.

Gounet (1999), assevera que:

se fosse pra resumir o sistema toyotista em uma frase, diríamos que é um sistema de organização de produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada (Gounet, 1999, p. 29).

Se, como aponta Gounet, o sistema toyotista de produção exige uma flexibilização dos trabalhadores, analisemos as consequências impostas à classe trabalhadora, proveniente das modificações de caráter toyotista no processo de trabalho.

Como já mencionamos, o modelo toyotista de organização do trabalho necessita de trabalhadores polivalentes, que exerçam mais de uma atividade no processo de produção, sem que para isso, aumente o valor do seu salário. Isso

possibilitou às empresas maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, permitindo-as, portanto, elevar com rapidez até então inatingível sua disposição de atendimento à demanda sem ter de aumentar para isso o número de trabalhadores – ao contrário, o efetivo de trabalho tem sido reduzido drasticamente (Pinto, 2007, p. 65).

Ou seja, aumenta-se o grau de exploração dos trabalhadores. De um outro ponto de vista, essa multiplicidade de tarefas demanda um alto grau de concentração do trabalhador, nesse sentido, dificulta-se a reflexão por parte dos trabalhadores, do seu lugar social no trabalho, o que conseqüentemente, atrapalha uma suposta tentativa de organização coletiva em prol da superação das condições precárias de trabalho. Pelo contrário, agora, os trabalhadores são seus próprios capatazes. No Toyotismo, a avaliação do trabalho é feita baseada no trabalho de cada

equipe responsável por determinada parte da produção. Sendo assim, quando um trabalhador se encontra desanimado ou desapontado com alguma questão do ambiente de trabalho e passa a pôr em risco a avaliação da equipe em geral, os próprios trabalhadores que compõem a equipe, passam a cobrá-lo em nome da empresa.

Tal observação nos leva – e como a citação anterior nos mostra – a um outro aspecto negativo imposto pelo Toyotismo à classe trabalhadora: o aumento do desemprego. Ora, se os trabalhadores efetuam diferentes funções – tanto no que se refere estritamente à produção, quanto no que diz respeito à supervisão do trabalho – logo, diminui-se a oferta de empregos. E segundo Pinto (2007), é justamente o desemprego que faz com que os trabalhadores se submetam à tais condições de trabalho – aqui podemos observar a contribuição de Marx ao esmiuçar a lei geral de acumulação capitalista e suas consequências para a classe trabalhadora⁸, que é muito bem representada com os relatos de Engels ao relatar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, no período da grande indústria. Conforme Pinto (2007) “o desemprego é um dos fatores que garante as jornadas flexíveis de trabalho, elemento vital no acoplamento da escala de produção à demanda dos mercados de consumo, proposta central do Toyotismo” (Pinto, 2007, p. 72).

Corroborando com esse pensamento, Mészáros (2002) afirma que a ação do Estado em favor do Capital e acirramento da precarização do trabalho se faz crucial, impulsionando as privatizações e restrições de direitos, atingindo preponderantemente a classe trabalhadora.

Não menos importante que entender os processos de trabalho encontrados no capitalismo monopolista e seus impactos tanto na esfera econômica, quanto na esfera política da classe trabalhadora, também é importante salientarmos a necessária compreensão das intensas transformações nas relações econômicas dos diferentes países existentes dentro da divisão internacional do trabalho, e conseqüentemente, as relações de trabalho para a classe trabalhadora residente nos países que terão sua dinâmica interna de acumulação de capital alterada pelo processo de acumulação mundial de capital, inerente à fase monopolista do capitalismo.

Com o que expomos até agora, acreditamos ter conseguido alcançar o objetivo a que este capítulo se propunha – analisar as modificações socioeconômicas que promoveram as bases necessárias para o surgimento do capitalismo, e seu conseqüente desenvolvimento. Dessa

⁸ A Lei Geral de Acumulação Capitalista provocou muitas mudanças na estrutura social repercutindo na vida dos trabalhadores, conforme explica Mészáros “[...] afetou grandemente as perspectivas do movimento dos trabalhadores até mesmo na maioria dos países de capitalismo avançado. Não apenas piorou o padrão de vida da força de trabalho em emprego formal (para não mencionar as condições de milhões de pessoas desempregadas e subempregadas) [...] (Mészáros, 2002, p. 824).

maneira, acreditamos que é chegado o momento de avançarmos no nosso trabalho. Portanto, passaremos agora, a analisar o capitalismo dependente, suas peculiaridades, e os consequentes desdobramentos para a classe trabalhadora.

3 CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: a peculiar dinâmica de acumulação de capital dos países dependentes

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista para sua fase monopólica, possibilitou que os países mais desenvolvidos adentrassem em partes mais afastadas do mundo, criando canais de ramificação para o seu capital, ou seja, vias de

expansão para a acumulação de capital. É neste contexto que se evidencia a introdução da América Latina no processo mundial de acumulação de capital.

A expansão monopólica do capitalismo fomentou uma divisão internacional do trabalho, que dado os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas, farão com que determinados países se tornem especialistas na produção de certas mercadorias, e que segundo Netto e Braz (2006), resulta em uma hierarquização entre os países, com os mais desenvolvidos estabelecendo relações de domínio e exploração contra os menos desenvolvidos.

Os autores asseveram que “de fato, na sua expansão mundial, o desenvolvimento capitalista apresentou-se sempre com uma dupla característica - desigual e combinada” (Netto; Braz, 2006, p.130). Logo, depreende-se que o desenvolvimento desigual provocado por uma série de razões, faz com que a dinâmica de acumulação de capital se efetue de diferentes formas nos distintos países, mas que ao mesmo tempo, é exatamente essa diferenciação que faz com que se reproduza o processo mundial de acumulação de capital.

Contudo, é importante salientar que o desenvolvimento desigual e combinado entre os diferentes países no que tange o processo mundial de acumulação de capital, possibilitará o surgimento de um determinado mecanismo econômico, que marcará definitivamente o caráter das relações entre os diferentes países, a saber, relações de dependência⁹. Para Marini (1973), a dependência altera a seu favor e a nível nacional o modo de produção dos países dependentes, ou seja, a economia de cada país latino-americano é desenvolvida no sentido de manter a dependência, não de superá-la, pois, apesar da dependência ser dar a nível internacional, ela implica em questões internas dos países latino-americanos.

3.1 América Latina e acumulação mundial de capital: uma relação de dependência

Bambirra (2013), apoiada na Teoria Marxista da Dependência¹⁰, assevera que a introdução monopólica da América Latina no processo de acumulação mundial de capital se deu através de relações de dependência para com os países imperialistas. A autora aponta que “configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo

⁹ O desenvolvimento da dependência pode ser explicado quando os países centrais do sistema capitalista passam a forçar os países periféricos a se especializarem na produção de bens-primários, com o objetivo de exportá-los e abastecer suas indústrias. Para entender melhor esse movimento indicamos a leitura do texto “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini.

¹⁰ Teoria formulada por Ruy Mauro Marini para explicar a peculiaridade da dinâmica interna de acumulação de capital dos países dependentes.

de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais” (Bambirra, 2013, p.33).

Ao analisar a relação de dependência instaurada na América Latina, a autora aponta que esta se deu através de duas formas. A primeira se configura quando as tecnologias necessárias no processo de produção de produtos sofisticados não estão disponíveis ao país, logo, essa demanda é resolvida pela produção externa, o que, conseqüentemente, se volta para uma parcela restrita do mercado, tendo em vista que os preços continuam iguais aos externos, e ainda são incrementados por impostos. A outra forma se apresenta a partir do pós-guerra no ano de 1945, quando a América Latina tem suas veias abertas para a instalação de empresas estrangeiras, constituindo-se como o principal destino dos investimentos feitos pelos países imperialistas, através do recebimento de capital estrangeiro para a sua produção industrial.

Se a relação de dependência dos países periféricos frente aos países centrais “floresce” no contexto do capitalismo monopolista, suas “sementes” podemos assim dizer, são plantadas desde o seu descobrimento. A América Latina contribuiu num primeiro momento com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a partir da exportação de itens de bens-primários para os países industriais europeus, “que ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria” (Traspadini; Stedile, 2011, p.134).

Portanto, promoveu um maior desenvolvimento das forças produtivas dos até então países industriais nascentes, fazendo-os que tempos depois, estes tivessem a possibilidade de orientar o sentido da industrialização dos países periféricos devido ao seu grau de industrialização, em outros termos, seu grau de desenvolvimento das forças produtivas.

É a partir da exportação de bens-primários por parte da América Latina em troca de manufaturas de consumo, que as relações latino-americanas frente aos centros imperialistas se inserem na divisão internacional do trabalho, que determinará o intuito do desenvolvimento posterior da região (Traspadini; Stedile, 2011, p. 134).

Os autores ainda apontam que para além das contribuições latino-americanas no que diz respeito ao desenvolvimento dos países centrais, a América Latina também contribuiu para que:

o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (Traspadini; Stedile, 2011, p. 138).

Com o maior desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais em relação ao nível das forças produtivas dos países periféricos, surge a possibilidade dos países centrais transgredirem as leis da troca no momento da realização da mercadoria frente aos países dependentes, o que acaba se configurando num mecanismo de transferência de valor¹¹ por parte dos países periféricos.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (Traspadini; Stedile, 2011, p. 144).

Nesse sentido, “a explicação para este fato passa fundamentalmente pela análise da concorrência intrasetorial (dentro de um mesmo setor produtivo) e a da concorrência intersetorial (entre setores distintos da produção) e se articula à queda da taxa de lucro” (Amaral; Carcanholo, 2009, p.218).

Falando sobre a concorrência intrasetorial, podemos notar que o aumento da produtividade em um determinado setor, gera a produção de mercadorias em um menor tempo, o que significa dizer que a mercadoria possui um valor menor que o seu valor médio, quando considerado os outros setores de produção. Ao avançarmos para o momento da realização da mercadoria, vemos que tal mercadoria é vendida pelo seu valor médio, o que conseqüentemente, gera um lucro extraordinário para o setor que fabrica suas mercadorias abaixo do tempo médio de produção. No entanto, sabendo como se comporta os diferentes capitalistas na concorrência entre si e o comum desejo de obterem um lucro cada vez maior, surge a tendência de que os outros setores também invistam nas suas forças produtivas com o intuito de conseguirem diminuir o tempo de produção de suas mercadorias – conseqüentemente o valor destas – e implica uma maior oferta de produtos, o que torna necessário vendê-las abaixo do seu valor, Sendo assim, em um certo momento, evidencia-se a tendência da queda da taxa de lucro.

Se transferirmos esse pensamento para o âmbito das relações econômicas entre os países centrais e países dependentes, podemos dizer que os primeiros possuem um grau maior de produtividade – baseada no aumento da composição orgânica do capital¹² – e por isso, conseguem diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação de uma

¹¹ Categoria elaborada por Ruy Mauro Marini na sua obra denominada de Dialética da Dependência, para explicar o fato dos países centrais se apropriarem no momento da realização das mercadorias, de parte da mais-valia produzida pelos países dependentes, devido ao desenvolvimento desigual e combinado que existem entre eles no bojo do processo de acumulação mundial de capital.

¹² Ou seja, aumento da proporção do capital constante em relação ao capital variável.

determinada mercadoria. Ao contrário, os países dependentes possuem um menor grau de produtividade, o que conseqüentemente os levam a ter um maior tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação de uma determinada mercadoria.

É assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho. É natural que o fenômeno se apresente sobretudo em nível da concorrência entre nações industriais, e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena; isso não quer dizer que não se verifiquem também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção” (Traspadini; Stedile, 2011, p. 145).

Em relação à concorrência intersetorial, a diferenciação da taxa de lucro existente nos diferentes setores produtivos faz com que as empresas que possuem uma maior produtividade se transfiram para os setores que possuem uma maior taxa de lucro, fazendo assim, que a sua própria taxa de lucro aumente em detrimento da queda da taxa de lucro das empresas originalmente pertencentes ao determinado setor.

Sendo assim, no momento da realização da mercadoria à exemplo do que acontece na concorrência intrasetorial, os capitais mais produtivos acabam se apropriando de um valor que é produzido pelos capitais com menor taxa de produtividade. Transferindo mais uma vez esse raciocínio para a análise das diferentes formações socioeconômicas, segundo os autores, é possível afirmar que por conta da especialização dos países dependentes na produção de mercadorias de menor grau tecnológico, elas ficam sujeitas a essa transferência de valor aos países centrais, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro.

Traspadini e Stedile (2011) apontam que as

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (Traspadini; Stedile, 2011, p. 145).

Portanto, fica evidente que por conta do desenvolvimento desigual e combinado existente entre as diferentes formações socioeconômicas, dentro do processo de acumulação

mundial de capital, cria-se um ciclo vicioso de transferência de valor por parte dos países dependentes aos países centrais, em outras palavras, os países dependentes enfrentam uma diminuição sistemática da sua taxa de mais-valia produzida.

3.2 A dinâmica interna de acumulação de capital em países dependentes

O surgimento do mecanismo de transferência de valor que é apropriado pelos países centrais no bojo do processo de acumulação mundial de capital, faz com que a dinâmica econômica interna dos países dependentes adote uma forma peculiar para a sua acumulação de capital, e para entendermos essa questão, é necessário que estudemos o ciclo do capital nas economias dependentes.

Sabemos que o ciclo do capital se divide em duas fases, circulação e produção, então vamos começar nossa análise pela fase da circulação. Internamente, o primeiro momento da circulação, isto é, o momento que o capital sob forma de dinheiro, compra os meios de produção – maquinários, ferramentas, força de trabalho, dentre outros – acontece de modo geral, da mesma forma que nas economias centrais. Entretanto, a origem do capital dinheiro no ciclo do capital nas economias dependentes provém de três fontes. A primeira é o capital privado interno, ou seja, parte da mais-valia que é gerada internamente. A segunda fonte é o investimento público, em outro termo, o Estado.

Ali, as fontes do investimento são diversas. Por um lado, ele corresponde simplesmente a uma parte da mais-valia gerada, mediante sua transferência ao Estado através dos impostos diretos sobre o capital e os proventos [sueldos], assim como da parte dos impostos indiretos que recaem tipos de rendimentos (lucros, proventos etc.) que correspondem à distribuição da mais-valia; junto com essa parte da mais-valia em mãos do Estado, observamos que parte do capital variável também pode aparecer ali mediante os impostos sobre o trabalho ou os impostos indiretos pagos pelos trabalhadores. Uma segunda fonte do investimento público é a que resulta do processo direto de exploração que o Estado, enquanto capitalista, leva a cabo; as empresas estatais funcionam em um sistema capitalista como capitais privados e dão origem diretamente à produção de mais-valia, que, por sua mediação, é apropriada pelo Estado (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 23-24).

Portanto, o Estado tem fundamental importância no que diz respeito ao ciclo do capital nas economias dependentes, haja vista a capacidade de repassar para si parte do lucro gerado pelo capital privado, a da sua própria produção de mais-valia e captar parte dos salários pagos à força de trabalho.

Já a terceira fonte do dinheiro que inicia o ciclo do capital nas economias dependentes é o capital estrangeiro. Ele se apresenta como investimento direto que é quando o capitalista

estrangeiro investe seu capital diretamente na economia dependente, e de modo indireto sob a forma de empréstimos ou financiamentos. Para além disso, é importante salientarmos que no final do processo de realização, o capital estrangeiro acaba adquirindo valores mesmo que não tenha assumido os riscos da produção, de modo que se configura como uma transferência de valor da mais-valia produzida ao exterior.

Concluindo, com relação à análise da formação do capital dinheiro e de sua incidência na fase de circulação C' do ciclo do capital na economia dependente, o que cabe assinalar é a importância que o Estado e o capital estrangeiro têm ali. Por conseguinte, já desde agora, e independentemente dos problemas de realização que consideraremos depois, podemos afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 26).

Com o dinheiro, compra-se a força de trabalho que é adquirida para ser usada no processo de produção, e que geralmente se constitui dos trabalhadores nacionais. Para além da força de trabalho, também é comprado os demais meios de produção, mas que diferentemente da força de trabalho, se constitui em parte de máquinas e dos equipamentos mais sofisticados que são exportados dos países centrais.

Ferreira, Osório e Luce (2012), asseveram que:

a aquisição de meios de produção no mercado mundial não é por si só uma característica da economia dependente. Nenhum país capitalista, nenhuma economia em geral vive hoje isolada. O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 27).

Considerando que nos países dependentes o processo de industrialização foi tardio, e para além disso, proporcionou um grande desenvolvimento da indústria nos países centrais, os países dependentes prolongaram sua produção de bens de consumo muito mais do que a industrialização orgânica dos países centrais. Isso levou que a indústria das economias dependentes se apoiasse no setor de bens de capital dos países centrais, e como consequência, tornou a indústria dos países dependentes não só em termos materiais, mas também “tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los” (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 28).

Toda essa diferenciação dos níveis produtivos e conseqüentemente, o atraso tecnológico dos países dependentes ante os países centrais, por razões que já foram explicitadas no decorrer

do nosso trabalho, acabam fomentando mais uma forma de transferência de valor para o exterior, na medida em que se mantém uma relação financeira através do pagamento de royalties ou assistência técnica.

Ademais,

na fase da circulação C', portanto, o ciclo do capital dessa economia encontra-se duplamente articulado e é duplamente dependente com relação ao exterior. Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 28).

Na fase da produção, o ciclo do capital encontra sua fase de valorização, pois é exatamente nesta fase que a força de trabalho empregada atuará sobre os outros meios de produção, colocando em prática sua grande virtude: a produção de mais-valor¹³.

Nas economias dependentes, este fato não se diferencia dos países centrais, no entanto, assim como na primeira fase de circulação do ciclo do capital nas economias dependentes é marcada por peculiaridades, a fase da produção também será, justamente por conta da primeira fase da circulação.

Como parte das máquinas e ferramentas que são adquiridos para o processo de produção são advindos ou financiados pelo capital estrangeiro, a tendência é que sejam as empresas de capital estrangeiro ou com ele vinculado, que atuem no processo de produção em detrimento das empresas nacionais.

Isto se dá pelo fato de que as empresas estrangeiras ou vinculadas com o capital estrangeiro situadas no país dependente, possuem maior facilidade para o acesso às novas tecnologias inerentes aos meios de produção postos no processo de trabalho.

Sabendo como se define o valor da mercadoria¹⁴, e além disso, sabendo que as mercadorias são vendidas pelo seu valor médio¹⁵, depreende-se que pelo fato das empresas estrangeiras possuírem um maior desenvolvimento das forças produtivas, estas conseguem produzir as mercadorias em um menor tempo, diminuindo os custos da sua produção, o que conseqüentemente, implica num menor valor das suas mercadorias. Entretanto, no momento da realização da mercadoria, estas mercadorias são vendidas pelo seu preço médio, proporcionando às empresas estrangeiras adquirirem um lucro extraordinário.

¹³ Valor excedente em relação ao valor que é necessário para a reprodução da força de trabalho. Indicamos a leitura do capítulo 7 do livro I denominado de "O Capital" de Marx.

¹⁴ É determinado pelo tempo de trabalho social necessário inserido na mercadoria. Indicamos a leitura do capítulo 5 do livro I de "O capital" de Marx.

¹⁵ Indicamos a leitura do item 3.5 do livro "Economia Política: Uma Introdução Crítica", de Netto e Braz.

Isso significa que, a partir das condições geradas na primeira fase da circulação, a concentração de capital se acentua, por circunstâncias próprias à esfera da produção em si. As empresas que operam em condições privilegiadas e obtêm sistematicamente uma mais-valia extraordinária concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida e, por conseguinte, do capital que é investido na economia dependente, por meio do que adquirem uma posição de dominância indiscutível (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 29).

Se as empresas de capital estrangeiro resolvessem vender suas mercadorias sem levar em consideração o valor médio destas, a situação para os países dependentes só se agravaria, pois significaria o fechamento das empresas nacionais, ou até mesmo, a venda destas para as empresas mais desenvolvidas, o que conseqüentemente, acarretaria o fomento da monopolização do capital estrangeiro dentro das economias dependentes. “Seja como for, o que temos são processos que conduzem à monopolização precoce que se observa nas economias dependentes” (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 30).

Com o problema da transferência de valor dos países dependentes para os países centrais e a impossibilidade de solucionar esse problema no bojo das relações comerciais, no que tange ao desenvolvimento das suas forças produtivas, os capitalistas dependentes procuram amenizar as perdas de capital, buscando assim elevar sua taxa de mais-valia através de um mecanismo compensatório denominado de *superexploração da força de trabalho*.

Entretanto, a superexploração da força de trabalho acaba beneficiando os países centrais, na medida em que se reduz os custos da produção, o que acaba promovendo “um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário” (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 30).

Passando para a segunda fase da circulação no ciclo do capital, que é quando a mercadoria é produzida pelo uso dos meios de produção através da exploração da força de trabalho no processo produtivo, cumpre-nos agora analisar ainda que de forma breve, as peculiaridades desta fase no ciclo do capital nas economias dependentes.

Vale salientar que o capital em forma de mercadoria se apresenta de três formas. A primeira é na forma de bens-salário, que são consumidos tanto pelos trabalhadores quanto pelos capitalistas, são os itens necessários para a reprodução da vida. A segunda forma se apresenta como bens-suntuários, são os itens que não estão necessariamente dentro do conjunto de itens de consumo ordinário dos trabalhadores. Já a terceira categoria de mercadoria é a dos bens de capital, que são os itens necessários para a produção tanto dos bens de consumo quanto de bens de capital, a exemplo das matérias-primas e das máquinas. Estes bens acabam se relativizando e sendo consumidos no próprio processo produtivo, e por isso, a produção de bens de consumo

se torna fundamental para os países dependentes, considerando-se o prolongamento da produção desses produtos anteriormente no período da industrialização.

A relação das mercadorias produzidas com o capital estrangeiro advindo das outras fases do ciclo do capital nas economias dependentes, fazem com que se crie obstáculos para o consumo interno, haja vista o uso da superexploração da força de trabalho que acaba rebaixando o valor da força de trabalho, e conseqüentemente, a possibilidade de consumirem os itens que são produzidos, o que significa por outro lado, uma dificuldade para a realização das mercadorias.

Logo, o consumo individual nos países dependentes é conectado com a distribuição de renda, “nisso reside a razão da estrutura de distribuição da renda altamente concentrada que encontramos na economia dependente, na qual, no melhor dos casos, apenas 20% da população têm níveis de consumo aceitáveis ou mais que aceitáveis, enquanto 80% vivem em condições de baixo consumo” (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 34).

Portanto, essa segunda fase da circulação do ciclo do capital nas economias periféricas, acaba orientando a separação da produção e o consumo das massas, e para além disso, também provoca o deslocamento de parte do que é produzido ao mercado mundial através das exportações. Ferreira, Osório e Luce (2012), explicam que: “Para isso, concorre de modo determinante o fato de que a massa de mais-valia gerada não permanece integralmente no país, pois parte dela é transferida ao exterior, o que reduz o mercado” (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 34).

A partir da análise das diferentes fases, depreende-se então que o ciclo do capital nas economias periféricas é marcado por um conjunto de particularidades. A fonte do dinheiro que dá início ao ciclo do capital nas economias dependentes, acaba determinando fundamentalmente a fase da produção, fazendo com que os países centrais adquiram um lucro extraordinário de forma contínua, o que implica o uso da superexploração da força de trabalho por parte dos capitalistas dependentes, como um mecanismo compensatório para amenizar a queda na taxa de lucro, mas que na prática e de modo inverso ao que desejam, acabam beneficiando os países centrais, na medida que rebaixa os custos da produção, o que fomenta a concentração e a monopolização por parte dos capitalistas centrais, e que para além disso, também implica uma dissociação da produção com o consumo interno, deslocando a produção para o mercado exterior. Cria-se um ciclo vicioso de dependência, pois “o fruto da dependência não pode ser (...) senão mais dependência” (Marini, 1973, p. 18).

Logo, podemos entender que a relação de dependência existente entre as formações socioeconômicas, é caracterizada por uma contínua transferência de valor dos países

dependentes para os países centrais, devido aos níveis desiguais das forças produtivas, mas que atuam combinadas dentro do processo de acumulação mundial de capital, o que por ventura, é exatamente a causa da impossibilidade dos países dependentes resolverem esse problema no que tange sua acumulação interna de capital, queremos dizer, conseguirem resolver esse problema aumentando seu nível de desenvolvimento produtivo, o que os levam a adotarem a superexploração da força de trabalho como um elemento compensatório da perda de mais-valia.

3.3 A superexploração da força de trabalho e suas manifestações: impactos para a classe trabalhadora

Já mencionamos que a superexploração da força de trabalho é adotada nos países dependentes como uma estratégia de compensação que visa minimizar o problema da queda da taxa de lucro, proveniente do mecanismo de transferência de valor para os países centrais. Agora, buscaremos entender como a superexploração da força de trabalho se manifesta na prática.

Segundo Osório (2009), a superexploração “pretende dar conta de uma modalidade de acumulação em que, de maneira estrutural e recorrente, viola-se o valor da força de trabalho”.

Dessa maneira, Luce (2018) alega que a superexploração da força de trabalho se manifesta basicamente em quatro expressões, sendo elas: o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; o hiato entre pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho.

A primeira delas seria o pagamento da remuneração abaixo do valor da força de trabalho. Sabemos que o valor da força de trabalho é definido pelos artigos de primeira necessidade para a sua subsistência e para sua reprodução. Levando em conta que uma unidade familiar composta por dois adultos e duas crianças, onde o consumo de uma criança é a metade do consumo de um adulto, multiplicando-se por 3 o valor cujo resultado é ainda multiplicado pelo peso da inflação, busca-se traçar o poder de evolução de compra do trabalhador. Diante disso, quando o salário é insuficiente para a obtenção dos artigos essenciais para o desenvolvimento da força de trabalho, e promove a absorção dos anos de vida útil e da vida total do trabalhador, “definitivamente estamos diante de processos de exploração redobrada, na medida em que se viola a lei do valor” (Osório, 2009, P. 51)

O que vemos hoje, inclusive, é que nem o salário de dois adultos é suficiente para suprir as necessidades básicas de uma família média. De acordo com o Dieese (2023) (Departamento

Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) que realiza pesquisas nacionais mensais sobre a cesta básica no Brasil, considerando que o valor do salário mínimo deve ser suficiente para suprir as necessidades do trabalhador e família (de quatro pessoas) com alimentação, moradia, saúde, vestuário, higiene, lazer, previdência e esporte, o salário mínimo suficiente para suprir tais demandas no período entre março e abril de 2023, deveria ter sido de 6.571,72,00. 5,13 vezes maior do que o mínimo até então correspondente, equivalente a 1.302,00.

Os resultados do estudo mostram ainda que o valor do salário mínimo impactou direta ou indiretamente, população inserida na força de trabalho e parcela da população não inserida, somando um contingente de 54 milhões de pessoas, representando 24% da população em 2023.

Os dados do Dieese (2023) evidenciam como as manifestações da superexploração postas por Luce, mais especificamente a respeito do pagamento do salário abaixo de seu valor ideal são atuais e se aplicam na realidade brasileira. O salário que se estabelece como mínimo, ou seja, considerado básico para a manutenção e reprodução da vida do trabalhador cerca de 5 vezes menor do que o ideal, expressa exatamente a crueldade com a qual a exploração da classe trabalhadora enfrenta nos países dependentes.

Uma segunda expressão da superexploração da força de trabalho é o prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites normais. Em relação aos países de capitalismo dependente, diferentemente do que acontece nos países de capitalismo central, se verifica um processo sistemático de horas extras, que embora se agregue um valor adicional ao salário, continua se apropriando dos anos de vida útil e de vida total do trabalhador, e acaba se configurando como um mecanismo contínuo de promoção de jornadas de trabalho superiores à jornada normal de trabalho, o que promove por sua vez, o incremento da obtenção de mais-valia absoluta. Nesse caso, a estratégia de horas extras se configura como superexploração.

Nessas duas manifestações até aqui expostas, o capital se apropria justamente do fundo de vida do trabalhador uma vez que, ainda que a remuneração auxilie na manutenção e reprodução da vida do trabalhador e aqui diga-se de passagem que através de mecanismos também de exploração como jornada dupla e horas extras, o limite de desgaste físico e mental desse trabalhador já não pode mais ser recuperado, uma vez que o tempo necessário para descanso e lazer é apropriado, reduzindo assim o tempo de vida útil do trabalhador.

Um exemplo atual do aumento da jornada de trabalho para além dos limites legais é a existência e aumento, principalmente após o período da pandemia de covid 19, do trabalho dito como home office ou teletrabalho. A não delimitação de um período de horas estabelecidas para o desenvolvimento do trabalho que promete uma flexibilização e maior autonomia, gera, no

entanto, um aumento do tempo dedicado ao trabalho, para além dos limites considerados normais.

Uma terceira expressão da superexploração da força de trabalho é o aumento da intensidade do trabalho para além dos limites normais. É importante salientarmos que se pode ocorrer em conjunto com o aumento das forças produtivas ou não. Quando há o aumento do trabalho através de maior desgaste físico num mesmo período de tempo necessário para a confecção de determinado produto, este aumento da intensidade se põe como uma manifestação da superexploração. “A exigência de mais trabalho ao operário, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que Marx chamou ‘as pestes de guerra do exército industrial’ que tem nos acidentes de trabalho, seus indicadores mais expressivos. (Marini, 2000, p. 229)

Um exemplo de aumento da intensidade para além dos limites normais na atualidade se dá através do ramo de telemarketing, neste modelo inclusive, pode haver a diminuição da jornada de trabalho uma vez que, o aumento da intensidade aplicada ao trabalhador nestas circunstâncias se multiplica causando o desgaste físico e psíquico que culmina com o adoecimento desses trabalhadores.

Agora vamos nos deter a quarta expressão da superexploração da força de trabalho, que diz respeito ao hiato histórico-moral do valor da força de trabalho e da remuneração recebida. Nesse caso, é importante salientar que “as necessidades básicas da população trabalhadora não são as mesmas hoje em dia do que eram no fim do século XIX ou início do século XX, simplesmente porque elas variaram para o conjunto da sociedade” (Osório, 2009, p. 52).

O detalhe é que os trabalhadores só conseguem acesso a esses bens, aumentando o desgaste da sua força de trabalho, com o cumprimento de mais horas extras, ou, se endividando, o que significa sacrificar o seu consumo futuro, tentando suprir suas necessidades imediatas. Ou seja, ocorre um incremento dos artigos necessários para a reprodução da força de trabalho, sem que se aumente o valor do salário.

Sobre a superexploração da força de trabalho e suas manifestações, Marini ressalta que

[...] A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho (Marini, 2005, p. 156).

No capitalismo contemporâneo, onde se evidenciam as medidas político-econômicas de cunho neoliberal, os países dependentes se tornam ainda mais vulneráveis na relação de dependência, e além disso

os mecanismos de superexploração do trabalho foram acentuados de forma extrema a partir da precarização e vulnerabilidade do mundo do trabalho, fruto das políticas neoliberais desestabilizadoras, que, baseadas no capital especulativo e na retirada de cena do Estado como planejador e produtor nacional, vão direcionando seus mecanismos para contrapor as perdas geradas ao longo do próprio avanço do modo de produção capitalista. (Traspadini; Stedile, 2011, p. 40).

Logo, depreende-se que, principalmente nos países dependentes, onde a precarização e a vulnerabilidade daqueles que vivem do trabalho, atestam a superexploração da força de trabalho, tem-se um agravamento das refrações da “questão social”⁴. Como cada etapa do desenvolvimento capitalista gera expressões mais complexas da “questão social”, podemos dizer que no contexto atual do capitalismo brasileiro contemporâneo, a “questão social” se manifesta a partir do quadro de precarização do trabalho.

Com as consequências impostas à classe trabalhadora residente nos países periféricos, pela forma de ser do capitalismo dependente, se torna essencial a contínua pesquisa sobre esta temática, e a introdução destes conceitos na grade curricular dos cursos de Serviço Social, uma vez que é de fundamental importância a compreensão da realidade na qual esta/e profissional se insere para que esta/e possa interferir na realidade concreta da classe trabalhadora de forma responsável, buscando sempre a emancipação dos sujeitos dentro dos limites postos pela profissão, a fim de buscar estratégias para combater o capital, e, assim, erradicar a exploração do homem pelo homem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo da gênese do capitalismo, desde o processo histórico denominado acumulação primitiva de capital, em que ocorreram transformações socioeconômicas e conseqüentemente, criaram as condições necessárias ao surgimento do modo de produção capitalista, foi possível analisarmos as características principais das respectivas fases de seu desenvolvimento e expansão.

Partindo da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, discutimos sobre as relações entre os países centrais e países dependentes no contexto do capitalismo mundializado, daí depreende-se que tais relações compreendem uma verdadeira alteração na dinâmica interna de acumulação de capital dos países dependentes, fazendo com que seja necessário o incremento de mecanismos exploratórios de cunho compensatório que contribuam para a amenização do problema da perda da taxa de mais-valia, advinda da transferência de valor para os países centrais, que é um processo próprio da forma de ser do processo mundial de acumulação de capital.

Conforme RAPOSO (2020, p.514),

no tocante à relação entre a precarização e a superexploração do trabalho, enfatizamos que as tendências atuais de precarização do trabalho por meio do trabalho informal ou trabalho por conta própria, apontam para um incremento dos mecanismos da superexploração da força de trabalho.

Podemos assim dizer que a superexploração da força de trabalho articulada com a lei geral de acumulação capitalista, principalmente no tocante ao aumento no número do Exército Industrial de Reserva, funciona como mecanismo voltado para a amenização da perda da taxa de mais-valia produzida, estimulando a burguesia dos países dependentes a um maior grau de apropriação do tempo de vida útil dos trabalhadores. Por conseguinte, observa-se que as modalidades da superexploração da força de trabalho, se expressam nas diversas formas de trabalho precário, caracterizadas pelas tendências atuais de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, relacionadas de um modo geral ao trabalho informal e/ou trabalho por conta própria.

Sendo assim, a precarização do trabalho conectada com expressões da superexploração da força de trabalho acabam intensificando as mazelas da “questão social” para a classe trabalhadora, a partir do momento em que dentre outras coisas, intensificam a apropriação do tempo de vida útil dos trabalhadores, incrementam o desgaste físico e psíquico dos trabalhadores, possibilitam o rebaixamento do valor da remuneração da força de trabalho, o que

consequentemente, dificulta o acesso aos itens necessários para a reprodução da força de trabalho.

As graves consequências para a classe trabalhadora nos países dependentes especialmente na atual conjuntura de ofensiva neoliberal como o aumento da intensidade do trabalho, prolongamento de sua jornada, flexibilização das leis trabalhistas, endividamento da classe trabalhadora, a uberização do trabalho, trazem à tona o debate sobre o capitalismo dependente e as categorias da teoria marxista da dependência no âmbito do Serviço Social, haja vista o quadro atual de acirramento das desigualdades sociais. Em suma, para além da caracterização dos fenômenos sociais na sociedade brasileira contemporânea, defendemos a importância do conhecimento crítico ancorado nos fundamentos da tradição marxista no Serviço Social, especialmente no que diz respeito a intervenção profissional sobre as refrações da “questão social”, na perspectiva da defesa e da garantia ao acesso dos direitos sociais.

Portanto, torna-se imprescindível para o Serviço Social refletir, discutir, entender e fomentar reflexões sobre o capitalismo dependente, sobretudo, dentro dos países periféricos, tanto para que surjam mais pesquisadores sobre o tema, quanto para os atuais e futuros assistentes sociais que atuam e atuarão na “linha de frente” no que diz respeito às expressões da “questão social”, de modo que se encontrem formas práticas de combate a essas ofensivas da ordem do capital sobre a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. CLACSO, Porto Alegre, 2007.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Salário mínimo de R\$ 1.302,00 em 2023. São Paulo: 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec271salarioMinimo.html> Acesso em: jul. 2023.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução: Schumann, B. A. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALCON, Francisco. Moura, Gerson. A formação do mundo contemporâneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

GOUNET, Thomas. Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo. Boitempo: 1999.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. LTC: 2010.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. Cidade do México: ERA, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, Istvan. A crise estrutural do capital. Boitempo, 2011.

_____. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: Uma Introdução Crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SADER, Emir et al (org.). A América Latina e os desafios da globalização. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 167-187.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87- 102.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo. Expressão Popular: 2007.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. 1 ed. Autêntica editora, Belo Horizonte, 2014.

TAVARES, M. A. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.